

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e dezenove, reuniram-se ordinariamente, em comum acordo e conjunto, nas dependências da Câmara Municipal de Alta Floresta, Mato Grosso, as comissões de Legislação, Justiça e Redação Final¹; e de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária²; com a presença dos vereadores: Aparecida Scatambuli Sicuto (Cida), que dirigiu os trabalhos; Luiz Carlos de Queiróz; Valdecir José dos Santos; e Marcos Roberto Menin, com a finalidade de tratarem do seguinte Expediente: 1) Projeto de Lei nº 012/2019 (vereador Charles Miranda Medeiros) - Revoga a Lei Municipal nº 1179, de 25 de setembro de 2002, anexado parecer jurídico favorável, logo, levando-o à deliberação. Parecer e Voto do Relator da Comissão de Legislação: favorável à aprovação. Votação: pela aprovação do Parecer do Relator por unanimidade, logo pela aprovação do Projeto de Lei, remetendo-o à Comissão de Fiscalização. Parecer e Voto do Relator da Comissão de Fiscalização: favorável à aprovação. Votação: pela aprovação do Parecer do Relator por unanimidade, logo pela aprovação do Projeto de Lei, remetendo a Comissão de Obras. 2) Projeto de Lei nº 1975/2019 (Executivo Municipal) dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico, o Fundo Municipal de Saneamento e dá outras providências, anexado parecer jurídico favorável, logo, levando-o à deliberação. Parecer e Voto do Relator da Comissão de Legislação: favorável à aprovação, observado o Ofício 028/2019 - M13, de 28/03 do corrente, de iniciativa do vereador Meguiel Zacarias, no que se refere à realização de Audiência Pública, (inclusive apresentado submetido à consideração da Secretaria Jurídica) avaliando que muito pertinente a então indicação e, portanto, definindo pela manifestação ao presente às comissões sucedentes das áreas específicas correspondentes ao tema. Votação: pela aprovação do Parecer do Relator por unanimidade, logo pela aprovação do Projeto de Lei, remetendo-o à Comissão de Fiscalização. Parecer e Voto do Relator da Comissão de Fiscalização: favorável à aprovação, observado o Ofício 028/2019 - M13, de 28/03 do corrente, do vereador Mequiel Zacarias e, do mesmo modo, que fosse submetido ao crivo das comissões sucedentes das áreas específicas correspondentes ao tema. Votação: pela aprovação do Parecer do Relator por unanimidade, logo pela aprovação do Projeto de Lei, remetendo a Comissão de Saúde. 3) Projeto Decreto Legislativo nº 002/2019 (vereadora Elisa Gomes Machado) - Concede Prêmio Mulher Destaque à Cássia Aparecida da Silva Dall'igna, anexado parecer



Estado de Mato Grosso CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA Sala das Comissões

jurídico contrário, porém, com opinamento que especifica, o qual tão ratificaram o envio do expediente dado pelo Oficio 017/2019-COM, de 17/04 do corrente, à vereadora Elisa Gomes, autora do projeto, definindo por aguardarem o pronunciamento formal da mesma e, portanto, voltariam a tratar do assunto na próxima ocasião. 4) Projeto de Lei nº 1977/2019 (Executivo Municipal) - altera o § 2º do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.419/2005, e dá outras providências, anexado parecer jurídico contrário, definindo, por solicitarem dilação de prazo à presidência para exararem parecer e, portanto, tratar do assunto na próxima ocasião. 5) Projeto de Lei nº 1981/2019 (Executivo Municipal) – altera o artigo 3º da Lei Municipal nº 2.231/2014, anexado parecer jurídico contrário, definindo e determinando a esta secretaria, que ora auxilia nos trabalhos, que fosse remetido previamente à Procuradoria Jurídica Municipal, por e-mail, cópia do referido parecer jurídico contrário, além dos anexos do projeto, de modo que possa conhecer e adotar procedimentos que julgar necessário, assim sendo, tratariam do assunto na próxima ocasião. 6) Projeto de Lei nº 013/2019 (vereador Emerson Sais Machado) – dispõe sobre a proibição de participação em licitações e celebração com o poder público de contratos administrativos de obras, serviços, compras, alienações e locações por pessoa física ou jurídica que são investigadas em procedimentos administrativos inquisitivos e judiciais e dá outras providências, acompanhado de parecer jurídico favorável, logo, levando-o à deliberação. Parecer e Voto do Relator da Comissão de Legislação: favorável à aprovação. Votação: pela aprovação do Parecer do Relator por unanimidade, logo pela aprovação do Projeto de Lei, remetendo-o à Comissão de Fiscalização. Parecer e Voto do Relator da Comissão de Fiscalização: favorável à aprovação. Votação: pela aprovação do Parecer do Relator por unanimidade, logo pela aprovação do Projeto de Lei, remetendo ao Gabinete da Presidência. Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião e eu, José Tito dos Santos, Secretário de Divisão Parlamentar, lavrei e digitei a presente ata, que após lida e achada conforme vai por mim subscrita e assinada pelos membros da comissão.

1 Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Presidente: Ver^a. Aparecida Scatambuli Sicuto – Cida (PSDB)

Vice-Presidente/Relator: Ver. Luiz Carlos de Queiróz (MDB)

Membro: Ver. Valdecir José dos Santos – Mendonça (PSC)

² Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária

Presidente: Ver. Luiz Carlos de Queiroz (MDB)

Vice-Presidente/Relator: Ver. Marcos Roberto Menin (DEM)